



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PARECER JURÍDICO**

**Processo Administrativo nº 1494/2025**

**Dispensa Eletrônica nº 15/2025**

**Objeto:** Trata-se de Parecer Jurídico para análise da legalidade da minuta do edital de dispensa de licitação nº 15/2025 para fins de prestação de serviços para realização de perícias médicas administrativas por junta médica composta por um especialista em Medicina do Trabalho e dois Clínicos Gerais regularmente registrados no CRM, com a finalidade de subsidiar o Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste – FUNPREV/NBO na análise de processos relativos à concessão, revisão, manutenção ou suspensão de benefícios previdenciários, nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº 1.836/2023, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

**PARECER**

**1. Relatório:**

O processo em epígrafe foi instaurado no dia 13 de maio de 2025, objetivando a contratação do objeto acima descrito, cujo valor é de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais).

O presente parecer trata-se de análise jurídica da contratação direta por dispensa de licitação de forma eletrônica, com fundamento no **inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021**.

O processo foi instruído com os seguintes documentos:

- a) Documento de Formalização de Demanda - DFD (id nº 208085);
- b) Estudo Técnico Preliminar - ETP (id nº 220701);
- c) Termo de Referência - TR (id nº 229029);
- d) Pesquisa De Preço - Cotação Para Balizamento (id nº 229030);
- e) Relatório Circunstanciado De Pesquisa De Preços (id nº 229033);





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

---

- f) Solicitação de Despesa (id nº 230199);
- g) Portaria Nomeação do Agente de Contratação (id nº 230407);
- h) Minuta Aviso de Contratação Direta (Edital Dispensa) nº 15/2025 (id nº 230409);
- i) Minuta Contratual Dispensa nº 15/2025 (id nº 230410);
- j) Despacho do agente de contratação nº 179/2025 (id nº 230412).

**2. Pressuposto Jurídico:**

O presente parecer jurídico tem por finalidade o assessoramento no controle prévio de legalidade, conforme previsto no art. 72, III, da Lei nº 14.133/2021, não cabendo a esta Procuradoria a fiscalização posterior de cumprimento das recomendações feitas, nem há determinação legal para isso.

O ETP de id nº 220701 solicitou a presente contratação, para atender a necessidade do FUNPREV/NBO visando a contratação de junta médica para emissão de laudos de natureza previdenciária.

Nota-se que a minuta do TR de id nº 229029, fundamenta o certame com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, onde prevê a possibilidade de dispensa de licitação pelo valor da contratação, senão vejamos:

Nota-se que a minuta do aviso de contratação direta (edital dispensa) de id nº 230409, fundamenta o certame com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, onde prevê a possibilidade de dispensa de licitação, quando os valores envolvidos forem inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras, vejamos:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, no caso de outros serviços e compras.”

Entretanto, destaca-se que o valor da dispensa foi atualizado pelo Decreto nº





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

12.343, de 30 de Dezembro de 2024, que elevou o limite para a quantia de **R\$62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**.

Ressalta-se o conteúdo do **Despacho nº 179/2025**, proferido pelo agente de contratação (id nº 230412), no qual se destaca que **a modalidade de dispensa eletrônica ainda não foi regulamentada no âmbito do Município de Nova Brasilândia D'Oeste – RO**. Diante dessa ausência normativa local, foi corretamente adotada, de forma subsidiária, a legislação federal aplicável – prática permitida e recomendável até que haja regulamentação própria.

Tal conduta encontra respaldo no **princípio da subsidiariedade normativa**, sendo compatível com o art. 1º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a aplicação das normas gerais da União enquanto não sobrevier legislação específica por parte dos entes subnacionais.

Ainda, conforme solicitado pelo Agente de Contratação no Despacho nº 179/2025, analisam-se os requisitos de **qualificação técnica**, previstos no Termo de Referência.

Constata-se que os itens 9.20 a 9.27.1.6. estabelecem a obrigatoriedade de:

- a) Apresentação de **comprovação de formação dos profissionais** (1 médico do trabalho e 2 clínicos gerais), com registro no Conselho Federal de Medicina - CRM;
- b) **Atestados de capacidade técnica** emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na prestação de serviços similares;
- c) **Declarações de disponibilidade da equipe técnica**;
- d) Outros documentos pertinentes, como declaração de inexistência de impedimentos legais.



Tais exigências **são legítimas, proporcionais e compatíveis com a complexidade do objeto contratado**, conforme autorizam os **arts. 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021**, que tratam da qualificação técnica.

Ademais, essas exigências **não configuram barreira à ampla competitividade**,



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

---

tampouco extrapolam os limites legais, sendo aceitáveis para garantir a aptidão da futura contratada.

Neste caso, não há elementos que indiquem incompatibilidade entre a escolha da modalidade de dispensa direta e o objetivo do processo, tampouco evidências de violação aos princípios da legalidade, isonomia ou eficiência.

Em relação a minuta contratual de id nº 230410, verifica-se que essa respeita os parâmetros legais para a formalização do procedimento administrativo, nos termos do arts. 89 a 92 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à definição do objeto, vigência, formas de pagamento, penalidades e cláusulas de rescisão, não havendo impedimentos para a utilização da mesma no presente certame.

Assim, considerando que o valor da contratação é inferior ao limite estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto nº 12.343/2024, e que a justificativa apresentada é adequada, não se observa qualquer óbice para a continuidade do processo de contratação na modalidade de dispensa, conforme autoriza a legislação pertinente.

### **3. Conclusão:**

Diante do exposto, considerando a regularidade da minuta do aviso de contratação direta (edital dispensa) de id nº 230409, a conformidade com a legislação vigente e a ausência de qualquer impedimento legal, **opina-se favoravelmente à continuidade do processo licitatório na modalidade de dispensa eletrônica, conforme previsto no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.**

É o parecer.

Nova Brasilândia D' Oeste, 12 de setembro de 2025.

**Lorena Jhulian Cassiano de Oliveira**  
**Sub Procuradora do Município**  
**Portaria nº 12/GP/2025**  
**OAB/RO 11.444**

